

**A INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE SOBRE RELATO AMBIENTAL:  
2006 A 2013**

**Carlos Mata**

Professor Adjunto da Escola Superior de Ciências Empresariais do  
Instituto Politécnico de Setúbal  
Doutorando em Gestão especialidade em Contabilidade  
Setúbal – Portugal  
E-mail: carlos.mata@esce.ips.pt

**Ana Fialho**

Professora Auxiliar da Escola de Ciências Sociais da  
Universidade de Évora  
Doutorada em Ciências Económicas e Empresariais  
Évora – Portugal  
E-mail: afialho@uevora.pt

**Teresa Eugénio**

Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria,  
Instituto Politécnico de Leiria - CIGS/CIFC  
Doutorada em Gestão  
Leiria – Portugal  
E-mail: teresa.eugenio@ipleiria.pt

**Área Temática:** Responsabilidade Social Corporativa

**Palavras-Chave:** Contabilidade Social e Ambiental; Relato Ambiental; Revistas de Contabilidade; Investigação.

# A INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE SOBRE RELATO AMBIENTAL: 2006 A 2013

## Resumo

Este estudo apresenta uma revisão da investigação em Contabilidade sobre a temática do Relato Ambiental, através da análise dos artigos publicados em 20 *accounting top journals*, entre 2006 e 2013. Foram identificados 252 artigos, tendo a maioria sido publicados no: *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *Accounting Forum* e *Accounting, Organizations and Society*. Do universo dos estudos identificados, foram analisados 125 artigos. Para cada artigo optamos por analisar as seguintes dimensões: os objetivos e resultados obtidos, as metodologias adotadas, a origem dos dados, os sectores de atividade e países em estudo. Este estudo pretende contribuir para um conhecimento aprofundado do Estado da Arte da investigação em Contabilidade Social e Ambiental. A maioria dos estudos apresenta uma abordagem longitudinal e utiliza como metodologia a análise de conteúdo. As teorias mais utilizadas são a da Legitimidade e a dos *Stakeholders*.

**Palavras-chave:** Contabilidade Social e Ambiental; Relato Ambiental; Revistas de Contabilidade; Investigação.

## INTRODUÇÃO

A informação ambiental desde meados dos anos 80 que tem motivado um crescente interesse das empresas, da comunidade académica, dos organismos de regulamentação contabilística, das ordens profissionais, entre outros. Este crescente interesse pelas questões sociais e ambientais resultou no incremento de publicações académicas que adotaram diferentes perspetivas: analisar as práticas de relato ambiental de um país, analisar a informação divulgada, comparar as práticas de relato de diferentes países, validar uma “teoria social”, avaliar o impacto da regulamentação sobre o relato ambiental, identificar que características corporativas influenciam as práticas de relato, analisar a relação entre o relato ambiental/social e o desempenho ambiental, social e económico, entre outras. A maioria da investigação é focada na análise das práticas de relato, predominantemente voluntário, e na procura de associar o relato a explicações teóricas.

Partindo da análise dos artigos publicados em 20 *accounting top journals*, no período de 2006 a 2013, este estudo pretende contribuir para o conhecimento aprofundado do estado da arte da investigação em Contabilidade sobre a temática do Relato Ambiental, servindo para investigações futuras sobre a temática.

Esta análise, que vem da sequência de um trabalho realizado anteriormente (Mata et al., 2015), permitiu identificar para cada artigo analisado as seguintes dimensões: os objetivos e resultados obtidos, as práticas de relato ambiental, a relação entre o relato ambiental e o desempenho, as teorias testadas, as metodologias adotadas, a origem dos dados, os sectores de atividade e os países em estudo.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: inicia com a apresentação de uma perspetiva histórica da investigação em Contabilidade Social e Ambiental (CSA), tendo em conta alguns estudos que se baseiam numa análise longitudinal sobre a investigação em CSA. Seguidamente é explicitada a metodologia adotada para a

seleção da amostra. No ponto quatro apresenta os resultados e procede à sua sistematização e discussão, abordando os objetivos, repartidos por práticas de relato, a relação do relato ambiental com o desempenho e as teorias testadas, as metodologias adotadas, a origem dos dados, os sectores de atividade e países analisados. Por fim, apresentamos as conclusões e as limitações do estudo.

## **2. PERSPETIVA HISTÓRICA DA INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

O crescente interesse pelas questões sociais e ambientais está associado ao incremento de publicações académicas. Neste sentido, é vasta a literatura sobre CSA que desenvolve diversas linhas de investigação, tanto numa perspetiva teórica como empírica, sobre o estudo das práticas de relato ambiental e da contabilidade ambiental, numa ótica interna e externa.

Diversos autores apresentam uma sistematização da investigação teórica e empírica sobre contabilidade/retrato ambiental destacando-se, entre outros, os trabalhos de Mathews (1997, 2003 e 2004), Gray (2002), Owen (2008), Parker (2005 e 2011), Eugénio et al. (2010), e Deegan (2017).

Mathews (1997) classifica os principais temas abordados na literatura ao longo dos últimos 25 anos, repartindo-os em três períodos distintos: de 1971 a 1980; de 1981 a 1990; e 1991 a 1995.

Já Gray (2002) apresenta uma análise crítica da literatura em contabilidade social publicada nos últimos 25 anos, destacando os estudos publicados na *Accounting, Organization and Society*.

Owen (2008) apresenta uma revisão crítica do desenvolvimento e do estado da arte da CSA, através dos artigos publicados na *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, no período de 1988 a 2007, e outras publicações de *top journals*, no período de 2004 a 2007. Realça que a CSA deve responder às mudanças ambientais e sociais e que deve existir um maior enfoque no sector público, nas organizações sem fins lucrativos e nas Organizações Não Governamentais.

Parker (2011) apresenta uma análise longitudinal, entre 1988 e 2008, dos estudos publicados em 4 *accounting top journals* (*Accounting, Auditing & Accountability Journal* (AAAJ), *Accounting Forum* (AF), *Critical Perspectives on Accounting* (CPA), e *Accounting, Organizations and Society* (AOS) e 2 *journals* especificamente dedicados à investigação em CSA (*Social and Environmental Accounting Journal* e *Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability*). Os artigos analisados dos 4 *accounting top journals* correspondem a 199 estudos publicados. Sendo os artigos publicados no AAAJ os que apresentam um maior equilíbrio entre as vertentes social e ambiental. O autor realça o domínio dos investigadores europeus e australianos nos *journals* AAAJ, AF e CPA e o crescente enfoque no sector público/governamental e nas organizações sem fins lucrativos. Destaca ainda o facto de algumas organizações expressarem a sua preocupação com a CSA enquanto forma de gestão dos riscos de reputação em resposta às pressões da comunidade envolvente, a interesses e pressões institucionais, ou seja demonstram uma estratégia reativa face ao exterior. Importa salientar o destaque atribuído à investigação realizada em três países não anglo saxónicos, como seja Espanha, Holanda e Finlândia.

Eugénio et al. (2010) apresentam uma análise das publicações em CSA, no período de 2000 a 2006, em 19 *accounting top journals*, repartindo os estudos empíricos em quatro categorias: sistemas de contabilidade social e ambiental, relato social e ambiental, relação entre o relato e o desempenho e o impacto da regulamentação, concluindo que a área de maior peso é a divulgação de informação social e ambiental. Analisaram

também as metodologias adotadas, a origem e tipo de dados utilizados e o país em estudo. No que concerne às metodologias mais utilizadas constataram que é a análise de conteúdo e a entrevista, concluindo ainda que a maioria dos estudos considera uma amostra de empresas de sectores poluentes. Os dados utilizados resultam essencialmente dos relatórios e contas, existindo uma tendência para a análise de outros documentos das empresas. No que respeita aos países os estudos incidem principalmente sobre o Reino Unido, Austrália e os Estados Unidos.

Deegan (2017) efetua uma reflexão sobre os 25 anos de investigação em CSA publicados na *Critical Perspectives of Accounting*, tendo selecionado 62 artigos que repartiu por categorias. Partindo do pressuposto de que o crescente relato poderia representar uma melhoria da sua qualidade, por via das iniciativas globais como o GRI e o Relato Integrado, o autor conclui que a qualidade do relato não melhorou e tal aumento pode eventualmente ter resultado de interesses comerciais.

Considera ainda que a investigação em CSA, e não apenas a publicada neste *journal*, procura explicar as motivações para o relato social e ambiental, em particular o relato voluntário, concluindo que a sua explicação passa predominantemente pela teoria da legitimidade, utilizando a metodologia da análise de conteúdo dos relatórios corporativos e por fatores externos como as expectativas da comunidade, a pressão dos media e acontecimentos sociais e/ou ambientais críticos. Por fim, refere que após 25 anos a qualidade do relato corporativo e a *accountability* não melhorou e o estado do ambiente e a situação social em algumas sociedades ficou mais degradada.

O presente estudo pretende complementar os estudos já publicados com a particularidade de se debruçar sobre o horizonte temporal de oito anos em *journals* que também publicam outras áreas da contabilidade e analisar um conjunto de dimensões que os estudos anteriores não exploram. Apresenta assim uma amostra do estado da arte considerando 125 estudos repartidos por temas como as práticas de relato ambiental, a relação do relato ambiental e o desempenho e as teorias testadas, bem como apresenta as metodologias utilizadas.

### **3. METODOLOGIA E SELEÇÃO DA AMOSTRA**

Este estudo pretende contribuir para uma revisão da investigação em CSA sobre a temática do relato ambiental, através da análise dos artigos publicados em 20 *accounting top journals*, entre 2006 e 2013 identificados na tabela 1.

Para a recolha dos artigos publicados nos *journals* seguimos a metodologia adotada por Mata et al. (2015). Assim, através da consulta das bases de dados dos *journals*, a qual decorreu entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017, utilizamos as palavras-chave - *Environmental Disclosure (ED)* e *Environmental Reporting (ER)* - tendo sido identificados 252 artigos.

Para a seleção dos artigos optamos por excluir os artigos em que a(s) *palavra(s)-chave* surgia(m) apenas na bibliografia ou no artigo como referência(s) ou exemplo(s) não sendo objeto de qualquer desenvolvimento, bem como, nos editoriais, nos *call for papers* e nas revisões de livros. Importa salientar que nos casos onde o artigo foi identificado pelas duas palavras-chave mas apenas uma delas preenchia os requisitos para excluir o artigo, selecionamos o artigo para análise. Assim, dos 252 artigos identificados selecionamos 125 artigos para análise (tabela 1).

**Tabela 1 – Artigos selecionados por *Journal***

<b>Accounting Journals</b>	<b>ER ou ER</b>	<b>Resultado</b>	<b>%</b>
Accounting Review	5	0	<b>0</b>
Accounting, Organizations and Society	26	14	<b>11,2</b>
Journal Accounting Research	1	0	<b>0</b>
Contemporary Accounting Research	3	2	<b>1,6</b>
Journal of Accounting and Economics	0	0	<b>0</b>
Review of Accounting Studies	1	0	<b>0</b>
Abacus	12	4	<b>3,2</b>
Accounting and Business Research	19	3	<b>2,4</b>
Accounting and Finance	12	8	<b>6,4</b>
Accounting Business & Financial History	1	1	<b>0,8</b>
Accounting Horizons	6	2	<b>1,6</b>
Accounting, Auditing & Accountability Journal	79	37	<b>29,6</b>
Accounting, Management and Information Technologies	0	0	<b>0</b>
European Accounting Review	11	5	<b>4</b>
The International Journal of Accounting	14	0	<b>0</b>
International Journal of ISAFM	0	0	<b>0</b>
Journal of International Financial Management and Accounting	4	3	<b>2,4</b>
Review of Quantitative Finance and Accounting	0	0	<b>0</b>
Critical Perspectives on Accounting	18	11	<b>8,8</b>
Accounting Forum	40	35	<b>28</b>
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>125</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração Própria

Constatámos que a maioria dos autores está filiada em países como: Reino Unido, Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia. Os autores que mais artigos publicaram foram: Charles H. Cho e Dennis Patten com 8 artigos, Rob Gray com 5 artigos e Martin Freedman, Craig Deegan, James Guthrie, Jill Solomon, Peter M. Clarkson, Michael John Jones e Matias Laine com 4 artigos cada um.

Seguindo a proposta de autores como Parker (2005), Eugénio et al. (2010), Mata et al. (2015) e Deegan (2017), optamos por classificar os artigos analisados segundo três categorias: práticas de relato ambiental, relação entre o relato ambiental e o desempenho e teorias testadas (legitimidade, *stakeholders*, institucional e divulgação voluntária). Importa salientar que um artigo pode surgir em mais do que uma categoria dadas as suas complementaridades, por exemplo a análise das práticas de relato pode testar uma teoria.

#### **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Para cada artigo optamos por ter em conta as seguintes dimensões de análise: objetivos e resultados obtidos, metodologias adotadas, origem dos dados, sector de atividade e países em estudo.

Seguidamente apresentamos os objetivos e resultados de alguns dos artigos da amostra, face às seguintes categorias: práticas de relato ambiental; relação entre o relato ambiental e o desempenho; e teorias validadas.

##### **4.1 Objetivos e resultados**

###### **4.1.1 Práticas de relato ambiental**

Nesta categoria incluímos os estudos em que se analisaram as práticas de relato ambiental das organizações. Estes estudos têm em conta diferentes objetivos como por exemplo: analisar a extensão e natureza das práticas de relato ambiental antes e após a introdução de normativo legal (Frost, 2007); comparar regimes de relato (Bebbington et al., 2012); analisar a evolução da qualidade e extensão da divulgação no relatório e contas, relatório de sustentabilidade e notas de imprensa após a ocorrência de acidentes (Coetzee e Staden, 2011); analisar o efeito da certificação dos relatórios ambientais (Edgley et al., 2010; Moroney et al., 2012); compreender as práticas de relato ambiental de departamentos governamentais (Lynch, 2010); analisar a linguagem e o tom verbal utilizado no relato ambiental (Cho et al., 2010); examinar as estratégias de relato de um sector de atividade (Cuganesan et al., 2010); analisar a interação entre o relato social e ambiental da organização e as pressões institucionais externas (Laine, 2009).

De acordo com Guthrie et al. (2008), as empresas estão a utilizar os relatórios e contas e os seus *Web Sites* para divulgar diferentes tipos de informação ambiental sendo que os *Web Sites* tendem a apresentar uma maior divulgação de informação ambiental do que os relatórios e contas.

Verifica-se a crescente elaboração dos relatórios de sustentabilidade segundo o GRI. Segundo Contudo, algumas organizações que utilizam o GRI não se comportam de forma responsável face à sustentabilidade (Moneva et al., 2006).

Cho (2009) analisa as práticas de relato ambiental de uma empresa de petróleo e de gás, com o objetivo de compreender se as práticas/decisões de relato ambiental constituem uma estratégia da empresa para defender o seu desempenho ambiental após ter ocorrido um acidente ambiental. Os resultados deste estudo mostram que a divulgação ambiental tende a basear-se numa estratégia que visa legitimar a atividade em vez de promover uma maior *accountability*. Conclui ainda que após o acidente ambiental tende a haver um aumento da divulgação de informação no relatório ambiental e através de *press releases*. Também Coetzee e Standen (2011) constataram práticas semelhantes nas empresas extrativas da África do Sul. Após um acontecimento ambiental, as empresas utilizam uma estratégia “defensiva” divulgando as razões do acidente ou o que foi efetuado para corrigir (Ten-Elijido et al., 2010).

Já Gray (2006), na sua análise sobre a contabilidade e relato social e ambiental, argumenta que a ação da *accountability* da empresa é o que pode assegurar a sobrevivência dos acionistas.

Cho e Patten (2007) ao analisarem 100 empresas cotadas nos Estados Unidos para determinar se o relato ambiental é usado como ferramenta para a legitimidade, concluíram que a divulgação é maior nas empresas que operam sectores considerados sensíveis para o ambiente e que a extensão da informação ambiental monetária é significativamente maior do que semelhantes divulgações dos melhores desempenhos.

Cho et al. (2012) analisaram em que medida o desempenho ambiental é refletido na perceção da reputação ambiental da empresa e se a divulgação ambiental serve para mediar os aspetos negativos de um fraco desempenho ambiental. Os autores constataram que o desempenho ambiental, medido pela Revista Newsweek, está relacionado negativamente com o índice de reputação, também medido pela Newsweek e por membros do Índice Dow Jones Sustainability (IDJS), bem com o nível de divulgação ambiental, isto é, fraco desempenho conduz a divulgações mais extensas. Constataram também que existe uma relação significativamente positiva entre a divulgação e a reputação e ser membro do IDJS, ou seja, integrar o IDJS influencia positivamente a perceção da reputação. Assim, a divulgação ambiental é apresentada como uma ferramenta de gestão do risco de reputação. Os resultados estão em consonância com os estudos de Cho e Patten (2007) e Cowan e Deegan (2011).

Assim, o conceito de gestão de risco da reputação permite compreender quer as práticas de relato da responsabilidade social/ambiental corporativa, quer o discurso utilizado (Craig e Brennan, 2012; Higgins e Walker, 2012).

Constatamos que, geralmente, os estudos sobre relato ambiental centram-se na quantidade ou no conteúdo temático do relato. Contudo, o uso da linguagem constitui uma importante ferramenta para a gestão da opinião pública. Da amostra analisada, constata-se que diversos estudos abordaram esta temática como Craig e Brennan (2012), Higgins e Walker (2012), Mäkelä e Laine (2011), Laine (2010), Cho et al. (2010), Bebbington et al. (2008).

Importa realçar os estudos de Hrasky (2012) e Jones (2011) que procuraram analisar o uso de gráficos e fotografias nos relatórios ambientais e de sustentabilidade. Hrasky (2012) concluiu que as empresas mais orientadas para a sustentabilidade dependem mais dos gráficos do que as empresas menos sustentáveis. Contudo, existe um número similar na utilização de fotografias. Já Jones (2011) autor conclui que as empresas com elevado impacto ambiental apresentam mais gráficos para a informação ambiental do que as de reduzido impacto ambiental e que existe uma tendência para apresentarem as notícias positivas recorrendo à representação gráfica do que quando estão em causa notícias menos positivas.

Assim, pode concluir-se que as organizações estão a escolher cuidadosamente as imagens a usar nos seus relatórios. No relatório e contas as imagens estão associadas à eficiência técnica e competência de gestão, enquanto nos relatórios ambientais estão associadas a ambientes agradáveis (Crowther et al., 2006).

As práticas de relato ambiental correspondem à gestão do risco de reputação ou à resposta a pressões da comunidade ou a interesses institucionais, tal como constatado por Parker (2011). Assim, as práticas de comunicação corporativas consistem numa estratégia para legitimar uma imagem de responsabilidade ambiental. A divulgação pode ser interpretada como a gestão das pressões dos *stakeholders* e da exposição das organizações (Campbell et al., 2006).

Como exemplo, a pressão dos media através de notícias negativas resultam na divulgação de informações sociais e ambientais positivas pelas multinacionais (Islam e Deegan, 2010).

Neste sentido, a divulgação voluntária do relatório ambiental pode resultar de três tipos de fatores (Bebbington et al., 2009): características corporativas (como a dimensão, o sector de atividade e o país de origem), fatores contextuais internos ou externos.

Vinnari e Laine (2013) para compreenderem a difusão e o declínio das práticas de relato ambiental nos 5 maiores serviços municipais de água da Finlândia, concluem que a rápida difusão inicial dos relatórios pode ser explicada pela perspectiva de moda enquanto o declínio pode ser impulsionado por fatores organizacionais internos e a falta de pressão externa. Já Lodhia e Jacobs (2013) constataram que a elaboração do relato ambiental em duas instituições do sector público australiano resulta das práticas organizacionais e dos seus atores internos.

Ho e Taylor (2007), ao analisarem as divulgações das 50 maiores empresas dos Estados Unidos e Japão face ao *Triple Bottom Line*, constataram que a extensão dos relatórios é significativamente maior, em particular as informações não financeiras, para as empresas de maior dimensão, menor rentabilidade, menor liquidez e de setores industriais. No que respeita aos países os relatórios são maiores nas empresas japonesas, sendo a divulgação ambiental o principal dinamizador. Tal pode ser explicado pelas diferenças culturais (Ho e Taylor, 2007), devido à ratificação do Protocolo de Kyoto e à definição de limites para as emissões de gases com efeitos de estufa (Freedman e Jaggi, 2011).

Um fator importante para a credibilidade do relato ambiental é a sua certificação. Neste sentido, Moroney et al. (2012), através da análise de 148 empresas cotadas australianas, 74 com e sem as divulgações ambientais certificadas, concluem que a qualidade da divulgação ambiental voluntária é maior para as empresas com os relatórios certificados do que não certificados e que a experiência melhora a qualidade das divulgações ambientais.

Darnall et al. (2009) constataram que a regulamentação interna e os *stakeholders* da cadeia logística influenciam a decisão dos gerentes em obter a certificação do relato ambiental. Também Edgley et al. (2010) concluíram que a certificação do relatório ambiental oferece benefícios duplos ao agregar valor para a gestão e para os seus *stakeholders*.

De referir o surgimento de estudos sobre a temática da biodiversidade. Rimmel e Jonäll (2013) constataram que poucas empresas divulgam informações sobre a biodiversidade. Já Siddiqui (2013) considera que a contabilidade da biodiversidade pode ser útil para os governos nas negociações com poderosos *stakeholders* em questões como a assistência financeira após desastres naturais.

#### **4.1.2 Relação entre o relato ambiental e o desempenho**

Nesta categoria incluímos os estudos que pretendem analisar a relação entre o relato e o desempenho ambiental e o desempenho das empresas. Nesta temática destacamos os trabalhos realizados por Murray et al. (2006), Burnett e Hansen (2008), Clarkson et al. (2011), Schneider (2011) e Smolarski e Vega (2013).

Murray et al. (2006) procuram explorar as relações entre o relato ambiental e o desempenho do mercado financeiro de 100 empresas cotadas no Reino Unido. Neste estudo, os autores concluem que não existe uma relação direta entre a rendibilidade das ações e o relato ambiental. Já Smolarski e Vega (2013) ao analisarem o impacto dos eventos extremos sobre o risco da rendibilidade e da volatilidade da rendibilidade, nas empresas cotadas do sector do petróleo nos Estados Unidos, constataram que se a divulgação for entendida como negativa a volatilidade das empresas aumenta, caso seja entendida como positiva a volatilidade de retorno da empresa estabiliza. Ocorrendo um evento extremo, a reação à divulgação terá um impacto significativo na rendibilidade da empresa.

Clarkson et al. (2011) procuraram compreender a relação entre o relato voluntário e o desempenho ambiental corporativo. Os autores concluem que existe uma relação positiva entre o desempenho (medido pelo nível de emissões) e o relato ambiental. Este estudo completa Frost (2007) que abordou o relato obrigatório.

Já Clarkson et al. (2008), recorrendo a uma amostra de 191 empresas dos sectores da celulose e papel, química, petróleo e gás, metais e minerais e utilitários dos Estados Unidos, desenvolveram um índice de divulgação com 95 itens, repartidos por 7 categorias, tendo por base o GRI, para avaliar o nível voluntário da divulgação ambiental nos relatórios ambientais e nos *web sites*. Os autores concluem que existe uma associação positiva entre o desempenho ambiental e o nível de divulgações ambientais voluntárias, sendo este resultado consistente com a teoria de divulgação voluntária.

Segundo Schneider (2011) o desempenho ambiental de uma empresa reflete-se no valor das ações, em que, caso ocorra um fraco desempenho ambiental existe um risco significativo de queda do valor das ações devido aos custos de limpeza e de conformidade, existindo uma maior preocupação dos gestores e investidores pelo efeito do desempenho ambiental no valor da empresa.

Neste sentido, partilhamos da opinião de Hopwood (2009) para quem a contabilidade pode ter um papel importante face ao ambiente e à sustentabilidade, dado que as

questões ambientais devem ser incluídas nas atividades dos contabilistas tendo em consideração que o risco ambiental é uma componente do risco de falência (Schneider, 2011). Contudo, “a contabilidade financeira, per si, não tem óbvios interesses em questões ambientais (Gray, 2013:460). Já Ball (2007) considera que a CSA é utilizada pelos empregados para dar uma resposta organizacional às questões ambientais.

Henri e Journeault (2010) procuram compreender se um método de controlo financeiro é estratégico para a gestão ambiental influenciar o desempenho económico e ambiental. Os autores concluem que não existe um efeito direto do recurso a um método de controlo financeiro sobre o desempenho económico. Contudo, verificam uma relação indireta entre o desempenho ambiental e o desempenho económico em contextos específicos como seja em empresas de elevada exposição ambiental, elevada visibilidade pública, elevada preocupação ambiental e grande dimensão.

Burnett e Hansen (2008) examinam a relação entre o desempenho ambiental e a eficiência produtiva da indústria de eletricidade dos Estados Unidos. Os resultados evidenciam que uma gestão ambiental proactiva permite reduzir os custos ambientais e pode contribuir para a adoção de um sistema de gestão de custos ambientais.

Magness (2006), após um acidente ambiental, procurou compreender se o desempenho financeiro, baseado no poder dos *stakeholders*, influencia as práticas de relato. A autora concluiu que as empresas pressionadas pela regulamentação divulgam mais informação ambiental, bem como as empresas mais visíveis publicamente e que procuram financiamento externo. Realça ainda que as empresas utilizam as informações não financeiras para a gestão das perceções dos *stakeholders*. Contudo, não há evidência que o conteúdo do relato seja influenciado pelo desempenho financeiro. Já Cho et al. (2010), ao analisarem o uso da linguagem e tom verbal nas práticas de divulgação ambiental face ao desempenho ambiental, constataram que as empresas mudam o seu discurso tendo em consideração o desempenho ambiental da empresa. Assim, as empresas com pior desempenho ambiental utilizam linguagem otimista nas suas divulgações ambientais. Cowan e Deegan (2011) constataram que as empresas com perceção de pior desempenho ambiental têm uma propensão para maior divulgação de informações sobre as emissões de carbono.

Embora seja geralmente aceite pela literatura a existência de uma associação positiva entre o desempenho ambiental e o desempenho económico, os resultados dos estudos analisados não são conclusivos.

#### **4.1.3 Teorias testadas**

Na categoria teorias testadas incluímos os estudos que procuram validar uma teoria como fator explicativo das práticas de relato ambiental e dos comportamentos das organizações face ao ambiente. Das teorias a que os diferentes autores recorrem destacam-se a Teoria da Legitimidade, a Teoria dos *Stakeholders*, a Teoria Institucional e a Teoria da Divulgação Voluntária.

Segundo Cho e Patten (2007), a teoria da legitimidade sugere que o relato ambiental é a resposta das empresas à pressão política e social procurando legitimar a sua atividade a longo prazo, estabelecendo um “contrato social” voluntário. Assim, De Villiers e Staden (2006) concluem que, em reação a essas pressões, as empresas alteram o tipo (específica/geral) ou aumentam ou diminuem a informação ambiental de modo a preservarem a sua imagem e a sua legitimidade. Os autores detetaram que o relatório contribuía pouco para a empresa recuperar legitimidade. Esta é uma preocupação de Hopwood (2009) de que as divulgações ambientais possam estar a ser usadas para construir uma imagem diferente da organização.

Já Vinnari e Laine (2013) concluíram que a redução da extensão dos Relatórios Sociais e Ambientais (RSA), parece ter ocorrido como resultado de pressões económicas e da

ineficiência percebida do RSA em aliviar as pressões políticas ou em produzir benefícios. A ineficiência resultou de fatores internos (Bebbington et al., 2009) tais como a mudança organizacional, perda dos líderes internos, a falta de ligação aos sistemas de controlo de gestão e a introdução de outra inovação para atingir os objetivos pretendidos.

Archel et al. (2009) recorrem à teoria da legitimidade para concluir que a empresa estudada procura legitimar um novo processo de produção através da “manipulação” das percepções sociais e do alinhamento ideológico com o Estado. Já Lanis e Richardson (2013) verificaram uma associação estatisticamente significativa entre a agressividade fiscal das empresas e a divulgação da responsabilidade social corporativa, sendo consistente com a teoria da legitimidade dada a maior consciencialização pública sobre os impostos enquanto parte da responsabilidade social empresarial.

Neste sentido, a análise do relato social e ambiental das organizações deve considerar o contexto cultural, social e político no processo.

Mahadeo et al. (2011), recorrendo às teorias da legitimidade e dos *stakeholders*, analisaram as empresas cotadas da Maurítânia, tendo por base o contexto de uma economia emergente. Concluem que houve um significativo mas seletivo crescimento da quantidade e qualidade do relato ambiental, o que está relacionado com a necessidade das empresas demonstrarem o seu compromisso com objetivos sociais (legitimidade moral) e com a necessidade de gerir a sua relação com alguns *stakeholders* específicos (legitimidade pragmática), sendo ainda uma resposta às críticas sobre corrupção e as práticas empresariais pouco éticas.

Também Buccina et al (2013) recorreram às mesmas para explicarem as estratégias de divulgação da Chevron sobre os passivos ambientais resultantes da exploração de petróleo no Equador. A empresa apenas divulgou esses passivos após “publicidade” negativa sobre o caso, tendo focado o seu discurso nos acionistas para manter a legitimidade nos Estados Unidos.

Em consonância com estudos prévios, constatamos que o relato social e ambiental é uma ferramenta dos gestores para transmitirem à Sociedade que a organização se comporta de acordo com as suas normas e valores.

Clarkson et al. (2011) concluem que as empresas com maior índice de poluição são as que divulgam mais informações sobre o ambiente, sendo consistente com a teoria dos *stakeholders* e da legitimidade, mas contrariando a teoria da divulgação voluntária.

O estudo de Coetzee e Standen (2011) demonstra que as empresas reagem às ameaças de perda de legitimidade através do aumento da divulgação de informação ambiental e, em particular, sobre segurança ambiental, após a ocorrência de acidentes, existindo consistência com a teoria da legitimidade e dos *stakeholders*. Cho (2009) obteve os mesmos resultados.

Cho et al. (2008) recorreram a uma amostra de companhias químicas e petrolíferas que efetuam donativos políticos para influenciar os legisladores com o objetivo de reduzir ou atenuar o peso dos regulamentos ambientais e, conseqüentemente, reduzir a pressão política e a sua exposição pública. Os autores concluem que as empresas procuram evitar sanções derivadas da não conformidade com a legislação existente no ambiente institucional de modo a que a sua legitimidade não seja afetada.

Segundo Hassan e Reza (2013), o relato ambiental efetuado pelas empresas de petróleo, por vezes, não reflete os impactos sociais e ambientais locais, exceto quando estão expostas.

Harsky (2012) avaliou se as empresas ajustaram as suas divulgações relacionadas com as pegadas de carbono numa perspetiva de legitimação, tendo concluído que o nível de divulgação tem vindo a aumentar e que os setores intensivos em carbono estão a mudar

a sua divulgação para uma estratégia de legitimação moral, ao refletirem nos relatórios as ações para reduzirem a pegada de carbono.

Neste sentido, o conceito de legitimidade e a procura de legitimação têm sido focados pela Teoria Institucional. Esta teoria procura identificar e analisar as pressões institucionais que permitem explicar os comportamentos e as práticas das organizações.

Laine (2009) pretende compreender como o relato ambiental é utilizado como resposta às pressões institucionais decorrentes do contexto social. Para o efeito, analisa as divulgações ambientais, de 1972 a 2005, de uma empresa química finlandesa. Conclui que as práticas de relato têm-se alterado face às mudanças no contexto social e institucional como resposta às pressões institucionais para manter a sua legitimidade junto da sociedade.

O estudo de Islam e Deegan (2008) pretende compreender as motivações das práticas de relato social e ambiental através da associação de fabricantes e exportadores de vestuário do Bangladesh. Os autores concluem que as práticas de relato podem ser explicadas pela pressão dos clientes ocidentais, dos media e institucional, por via da imposição de políticas operacionais e de códigos de conduta (isomorfismo coercivo). Momin (2013) chega à mesma conclusão acrescenta a pressão das ONG e fundos internacionais dada a vulnerabilidade do país, com altos níveis de pobreza, falta de governança, dependência de ajuda externa e elites políticas e empresariais cúmplices em corrupções. Belal e Cooper (2011) acrescentam ainda a falta de requisitos legais, o imperativo do lucro das multinacionais, o mau desempenho e o receio da má reputação para justificar a ausência de relatórios de responsabilidade social corporativos.

Beddewela e Herzig (2013), através da análise de 10 subsidiárias de multinacionais no Sri Lanka, também concluem que as empresas estão mais preocupadas com as sedes nos países desenvolvidos, ao ponto de ignorarem as preocupações dos *stakeholders* locais, dada a ausência de pressões externas coercivas Resultantes dos efeitos restritos do isomorfismo normativo.

Já Cowan e Deegan (2011) referem que a regulamentação ambiental pode agir como impulsionador para as mudanças nas práticas de divulgação ambiental (isomorfismo coercivo), tendo ocorrido um aumento significativo das divulgações das emissões no relatório e contas, apesar da qualidade da divulgação ser questionável.

Frost (2007), analisando antes e após a introdução de legislação específica, conclui que a pressão institucional e a nova legislação (isomorfismo coercivo), resultou num aumento significativo do nível do relato ambiental, que induziu o aumento da divulgação de carácter obrigatório em detrimento da divulgação voluntária.

Lynch (2010) verificou que alguns departamentos governamentais australianos diminuíram o nível de relato devido à falta de pressão externa. Este resultado é consistente com a teoria institucional. Já Deegan e Blomquist (2006) concluem que os grupos de interesses influenciam as práticas de relato gerando um fenómeno positivo de mimetismo ou isomorfismo mimético.

Rankin et al. (2011), através da teoria institucional, procuram compreender se a divulgação dos gases com efeitos de estufa está relacionada com um sistema de gestão ambiental. Os autores concluem que a credibilidade e extensão da divulgação está relacionada com a existência de sistema de gestão ambiental certificado e a utilização do *GRI*. As empresas que divulgam informações mais credíveis são tendencialmente de grande dimensão e da indústria extrativa e de eletricidade.

Podemos constatar que as teorias da legitimidade e dos *stakeholders* têm sido as mais evidenciadas para explicar as práticas da divulgação voluntária de informação ambiental.

## 4.2 Metodologia e origem dos dados

A metodologia mais utilizada no âmbito do relato ambiental consiste na análise de conteúdo dos relatórios e contas. Contudo, este método apresenta algumas limitações face à subjetividade na interpretação da informação recolhida e na decisão de inclusão numa das categorias definidas.

A maioria dos artigos da nossa amostra visa a análise da informação ambiental divulgada pelas empresas nos seus relatórios e contas e nos relatórios de sustentabilidade sendo a técnica de tratamento de dados mais comum a análise de conteúdo. Existe um aumento das investigações a utilizar as entrevistas complementarmente com a análise conteúdo.

A abordagem longitudinal permite analisar as possíveis relações entre o contexto e o comportamento da divulgação de informação ambiental. Recorrendo a esta abordagem a nossa amostra possui diversos trabalhos, como são os casos de Hassan e Kouhy (2013); Vinnari e Laine, (2013); Lodhia e Jacobs, (2013); Cho et al. (2012); Mäkela e Laine (2011); Clarkson et al. (2011); Islam e Deegan (2010); Tilling e Tilt (2010); Samkin e Schneider (2010); Lynch (2010); Laine (2010, 2009); Camara et al. (2009); Islam e Deegan (2008); Freedman e Stagliano (2008); Frost (2007); Campbell et al. (2006); De Villiers e Staden (2006); Murray et al. (2006).

Destes trabalhos destaca-se o recurso a uma multiplicidade de fontes de informação como sejam: as cartas do CEO, os relatórios e contas, os relatórios de sustentabilidade e/ou ambientais, as notícias dos media e *press releases*.

A maioria dos estudos utiliza o relatório e contas como fonte para a recolha de informação sobre relato ambiental, dada a sua credibilidade, regularidade, facilidade de acesso e utilidade para os diferentes *stakeholders*. Através dos artigos da amostra também é possível chegar a idêntica conclusão como são os casos de Lanis e Richardson, (2013); Bouten et al. (2011); Cowan e Deegan, (2011); Lynch (2010); Cho et al. (2010); Tiling e Tilt (2010); Islam e Deegan (2010); Samkin e Schneider (2010); Laine (2010, 2009); Islam e Deegan (2008); Guthrie et al. (2008); Frost (2007); Murray et al. (2006); De Villiers e Staden (2006).

Contudo, as empresas começam a utilizar outros meios de divulgação da informação, como sejam: os relatórios de sustentabilidade, os *web sites*, *press release*, *newletters*, relatórios ambientais autónomos (Van Liempd e Busch, 2013; Lodhia e Jacobs, 2013; Moroney et al., 2012; Joseph e Taplin 2011; Clarkson et al. 2011; Ten-Elijido et al. 2010; Aerts e Cormier, 2009; Laine, 2009; Guthrie et al. 2008; Grosser e Moon, 2008).

De referir que alguns estudos, para diminuir a subjetividade do método de análise de conteúdo, recorrem complementarmente às fontes anteriormente identificadas a entrevistas aos gestores, aos profissionais da contabilidade ou a diferentes grupos de *stakeholders* como são os casos dos trabalhos de Rimmel e Jonäll (2013); Vinnari e Laine (2013), Bebbington et al. (2012), O'Sullivan e O'Dwyer (2009), Grosser e Moon (2008), Islam e Deegan (2008).

Existem ainda estudos que utilizam apenas questionários (Williams et al., 2011; Kuruppu e Milne, 2010; Henri e Journeault, 2010) ou unicamente entrevistas (Momin, 2013; Beddewela e Herzig, 2013; Monfardini et al., 2013; Belal e Cooper, 2011; O'Dwyer, 2011; Qian et al., 2011; Jones e Solomon, 2010; Edgley et al., 2010; Bebbington et al., 2009; Farneti e Guthrie, 2009; Belal e Owen, 2007; Spence, 2007; Solomon e Solomon, 2006; Deegan e Blomquist, 2006).

Dos estudos analisados, as amostras de maior dimensão são constituídas por empresas variam entre 1447 empresas com 100 ou mais empregados, tendo obtido 330 respostas ao questionário (Henri e Journeault, 2010), 510 empresas (Mahoney et al., 2013) 200 empresas da Austrália (Hrasky, 2012), 191 empresas dos Estados Unidos (Clarkson et

al., 2008), 190 empresas (Cho et al., 2010), 187 empresas (Rankin et al., 2011), 158 empresas não financeiras (Aerts e Cormier, 2009) e 119 empresas cotadas (Cho et al., 2012). No sector público destacamos os estudos com 190 governos locais (Williams et al., 2011) e 139 autoridades locais (Joseph e Taplin, 2011).

### **4.3 Sector de atividade e país**

Diversos estudos discutem a importância do sector de atividade como fator que influencia as práticas de relato social e ambiental (Branco e Rodrigues, 2008; Monteiro e Guzman, 2010). As empresas de sectores mais sensíveis a riscos ambientais e expostos a regulamentação, tais como o sector químico, a indústria de papel, as petrolíferas, a metalomecânica, a indústria extrativa e de eletricidade (Cho et al., 2012; Coetzee e Staden, 2011; Freedman e Jaggi, 2011; Clarkson et al., 2011; Aerts e Cormier, 2009; Laine, 2010 e 2009; Cho, 2009; Clarkson et al., 2008; Freedman e Stagliano, 2008; Cho et al., 2008; Burnett e Hansen, 2008; Frost, 2007; De Villiers e Staden, 2006; Deegan e Blomquist, 2006; Magness, 2006), tendem a divulgar mais informação do que as empresas que não estão tão sujeitas a esses riscos e, conseqüentemente, à pressão da comunidade, em geral, e do Estado, em particular.

Assim, o enquadramento sectorial das organizações é importante para compreender determinados objetivos, estratégias e capacidades relativamente às práticas de relato ambiental. Este fator permite, igualmente, criar grupos de observação no sentido de identificar semelhanças e diferenças entre os grupos de empresas de sectores distintos. A literatura sugere que as empresas do mesmo sector de atividade possuem práticas de divulgação semelhantes (Branco e Rodrigues, 2008).

Alguns estudos não tomam em consideração o sector de atividade mas fatores como a dimensão (mais de 100 trabalhadores) (Henri e Journeault, 2010) e o facto de serem cotadas em bolsa (Soobaroyen et al., 2013; Hrasky, 2012; Cho et al., 2012; Mahadeo et al. 2011; Bouten et al. 2011; Jones, 2011; Cho et al. 2010; Grosser e Moon, 2008; Frost, 2007; Spence, 2007; Cho e Patten, 2007; Clatworthy e Jones, 2006; Murray et al. 2006), dado que representa a pressão social, uma vez que estão sujeitas a maior público e escrutínio dos media (Luo et al., 2012).

Importa salientar, a crescente investigação envolvendo organizações governamentais Lodhia e Jacobs, 2013; Monfardini, et al., 2013; Qian et al., 2011, Joseph e Taplin, 2011; Williams et al., 2011; Samkin e Schneider, 2010; Lynch, 2010, tendência identificada por Parker (2011) e Mata et al. (2015).

No que respeita aos países mais analisados, os nossos resultados permitem destacar o peso dos artigos sobre países, predominantemente, Anglo-saxónicos: Estados Unidos (14), Reino Unido (11), Austrália (8), Canadá (4), Nova Zelândia (4), Finlândia (4), Malásia (3), Bangladesh (3), Africa do Sul (2), Espanha (2) tal como identificado por Eugénio et al. (2010). O país de origem está, na maioria dos casos, associado com o país de filiação dos autores. De referir que também foram analisados dados de outros países como: Mauritânia, Nigéria, França, Itália, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Holanda, Escócia, Sri Lanka e Singapura. Na amostra encontramos estudos que efetuam uma análise comparativa entre países, o caso de 3 países da União Europeia (Alemanha, França, Reino Unido), Canadá, Japão, Estados Unidos e a Índia (Freedman e Jaggi, 2011), da Coréia do Sul, Malásia, Filipinas, Tailândia e Indonésia (Loftus e Purcell, 2008), do Canadá com os Estados Unidos (Aerts e Cormier, 2009), o Japão e os Estados Unidos (Luo et al., 2012), Espanha e Reino Unido (Bebbingtton et al., 2012).

Como constatamos, as práticas de relato ambiental das organizações são específicas de cada país dado o contexto legal, social, económico, cultural e político em que atuam.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre relato ambiental centra-se predominantemente em informação ambiental divulgada voluntariamente através dos relatórios corporativos e outros meios de comunicação utilizados pelas organizações, tendo em vista a identificação dos fatores que influenciam as práticas de relato ambiental e testar uma teoria.

Relativamente à metodologia de investigação prevalece a análise de conteúdo dos relatórios e contas e/ou relatórios ambientais, relatórios de sustentabilidade, *web sites*, *press releases* tendo como âmbito de aplicação uma amostra de empresas de um ou mais países, sendo predominante o estudo de empresas de grande dimensão, cotadas em bolsa, pertencentes a sectores de atividade mais sensíveis ao ambiente (extração de minério, indústria química, petróleo, celulose ou de pasta de papel e de eletricidade).

Existe ainda um crescente interesse na investigação sobre o setor público. Importa ainda salientar, o aparecimento de estudos a analisar as razões e a localização da divulgação da biodiversidade.

A Teoria da Legitimidade e a Teoria dos *Stakeholders* são as perspetivas predominantes nos estudos para explicar as características o relato voluntário e obrigatório.

Os estudos, apesar de incidirem sobre diversas áreas geográficas, tendem a privilegiar como objeto de análise países anglo-saxónicos, como os Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, resultante dos países de origem dos autores. De realçar os estudos sobre países em desenvolvimento como o Equador, Nigéria, Sri Lanka ou o Bangladesh que evidenciam a vulnerabilidade e a exploração das comunidades locais e a necessidade de existirem mais estudos que exponham estas situações que permitam melhorar o relato social e ambiental.

Consideramos que este estudo contribui para o conhecimento do estado da arte da investigação na área da Contabilidade Social e Ambiental, através da sistematização dos resultados, das metodologias e variáveis utilizadas na investigação publicada, no período de 2006 a 2013, no conjunto dos *journals* selecionados para a análise.

Apesar dos resultados obtidos serem congruentes com estudos similares, estamos conscientes que o estudo apresenta algumas limitações. Na lista de *journals* não foram consideradas as revistas específicas da área da Contabilidade Social e Ambiental, como por exemplo, o *Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability* e o *Social and Environmental Accountability Journal*, *Advances in Environmental Management and Accounting*, e na seleção dos artigos existe a subjetividade inerente à decisão do investigador. Em futuras investigações julgamos relevante assegurar uma maior abrangência dos *journals* analisados, nomeadamente incluindo publicações não anglo-saxónicas.

Partilhamos da opinião de Deegan (2017) que devemos ter um compromisso com a sociedade e o ambiente, contribuindo positivamente para a melhoria do relato, da *accountability* e do estado do ambiente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AERTS, Walter e CORNIER, Denis (2009). Media legitimacy and corporate environmental communication. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 34, pp. 1-27.

ARCHEL, Pablo; HUSILHOS, Javier; LARRINAGA, Carlos; SPENCE, Crawford (2009). Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, pp. 1284-1307.

- BALL, Amanda (2007). Environmental accounting as workplace activism. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 18, pp. 759-778
- BEBBINGTON, Jan, HIGGINS, Colin e FRAME, Bob (2009). Initiating sustainable development reporting: evidence from New Zealand. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 4, pp. 588-625.
- BEBBINGTON, Jan, KIRK, Elizabeth e LARRINAGA, Carlos (2012). The production of normativity: A comparison of reporting regimes in Spain and the UK. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 37, pp. 78-94.
- BEBBINGTON, Jan, LARRINAGA, Carlos e MONEVA, José (2008). Corporate social reporting and reputation risk management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21, pp. 337-361.
- BEDDEWELA, Eshani e HERZIG (2013). Corporate social reporting by MNCs' subsidiaries in Sri Lanka. *Accounting Forum*, Vol. 37, pp. 135-149.
- BELAL, Aatur e COOPER, Stuart (2011). The absence of corporate social responsibility reporting in Bangladesh. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 22, pp. 654-667.
- BELAL, Aatur e OWEN, David (2007). The views of corporate managers on the current state of, and future prospects for, social reporting in Bangladesh. An engagement-based study. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20, pp. 472-494.
- BOUTEN, Lies; EVERAERT, Patricia; LIEDEKERKE, Luc; MOOR, Lieven; e CHRISTIAENS, Johan (2011). Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture?. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 187-204.
- BRANCO, Manuel e RODRIGUES, Lúcia (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, Vol. 83, pp. 685-701.
- BUCCINA, Stacie, CHENE, Douglas e GRAMLICH, Jeffrey (2013). Accounting for environmental impacts of Texaco's operations in Ecuador: Chevron's contingente environmental liability disclosures. *Accounting Forum*, Vol. 37, pp.110-123.
- BURNETT, Royce e HANSEN, Don (2008). Ecoefficiency: Defining a role for environmental cost management. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 33, pp. 551-581.
- CAMARA, Macario, CHAMORRO, Eva e MORENO, Alonso (2009). Stakeholder Reporting: The Spanish Tobacco Monopoly (1887-1986). *European Accounting Review*, Vol. 18, pp. 697-717.
- CAMPBELL, David; MOORE, Geoff; e SHRIVES, Philip (2006). Cross-sectional effects in community disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, pp. 96-114.
- CHO, Charles (2009). Legitimation strategies used in response to environmental disaster: A French case study of Total SA's Erika and AZF incidents. *European Accounting Review*, Vol. 18, pp. 33-62.
- CHO, Charles e PATTEN, Dennis (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 32, pp. 639-647.
- CHO, Charles, FREEDMAN, Martin e PATTEN, Dennis (2012b). Corporate disclosure of environmental capital expenditures. A test of alternative theories. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 25, pp. 486-507.
- CHO, Charles, GUIDRY, Ronald, HAGEMAN, Amy e PATTEN, Dennis (2012a). Do actions speak louder than words? An empirical investigation of corporate environmental reputation. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 37, pp. 14-25.

CHO, Charles; CHEN, Jennifer; e ROBERTS, Robin (2008). The politics of environmental disclosure regulation in the chemical and petroleum industries: Evidence from the Emergency Planning and Community Right-to-Know Act of 1986. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 450-465.

CHO, Charles; ROBERTS, Robin; e PATTEN, Dennis (2010). The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 35, pp. 431-443.

CLARKSON, Peter; LI, Yue; RICHARDSON, Gordon; e VASVARI, Florin (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 33, pp. 303-327.

CLARKSON, Peter; OVERELL, Michael; e CHAPPLE, Larelle (2011). Environmental reporting and its relation to corporate environmental performance. *ABACUS*, Vol. 47, pp. 27-60.

CLATWORTHY, Mark e JONES, Michael (2006). Differential patterns of textual characteristics and company performance in the chairman's statement. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, pp. 493-511.

COETZEE, Charmaine e STADEN, Chris (2011). Disclosure responses to mining accidents: South African evidence. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 232-246.

COWAN, Stacey e DEEGAN, Craig (2011). Corporate disclosure reactions to Australia's first national emission reporting scheme. *Accounting and Finance*, Vol. 51, pp. 409-436.

CRAIG, Russell e BRENNAN, Niamh (2012). An exploration of the relationship between language choice in CEO letters to shareholders and corporate reputation. *Accounting Forum*, Vol. 36, pp. 166-177.

CUGANESAN, Suresh; GUTHRIE, James; e WARD, Leanne (2010). Examining CSR disclosure strategies within the Australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 169-183.

DARNALL, Nicole, SEOL, Inshik e SARKIS, Joseph (2009). Perceived stakeholder influences and organizations' use of environmental audits. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 34, pp. 170-187.

DE VILLIERS, Charl e STADEN, Chris (2006). Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 31, pp. 763-781.

DEEGAN, Craig (2017). Twenty five years of social and environmental accounting research within *Critical Perspectives of Accounting: Hits, misses and ways forward*. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 43, pp. 65-87.

DEEGAN, Craig e BLOMQUIST, Christopher (2006). Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 31, pp. 343-372.

EDGLEY, Carla, JONES, Michael e SOLOMON, Jill (2010). Stakeholder inclusivity in social and environmental report assurance. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, pp. 532-557.

EUGÉNIO, Teresa, MORAIS, Ana e LOURENÇO, Isabel (2010). Recent developments in social and environmental accounting research. *Social Responsibility Journal*, Vol. 6, pp. 286-305.

FARNETI, Federica e GUTHRIE, James (2009). Sustainability reporting by Australian public sector organizations: Why they report. *Accounting Forum*, Vol. 33, pp. 89-98.

FREEDMAN, Martin e JAGGI, Bikki (2011). Global warming disclosures: Impact of Kyoto Protocol across countries. *Journal of International Financial Management and Accounting*, Vol. 22, pp. 46-90.

FREEDMAN, Martin e STAGLIANO, A. J. (2008). Environmental disclosures: electric utilities and Phase 2 of the Clean Air Act. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 466-486.

FROST, Geoffrey (2007). The introduction of mandatory environmental reporting guidelines: Australian evidence. *ABACUS*, Vol. 43, pp. 190-216.

GRAY, Rob (2002). The social accounting project and accounting organizations and society. Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique?. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 27, pp. 687-708.

GRAY, Rob (2006). Does sustainability reporting improve corporate behavior?: Wrong question? Right time?. *Accounting and Business Research (International Policy Forum)*, Vol 36, pp. 65-88.

GRAY, Rob (2013). Back to basis: What do we mean by environmental (and social) accounting and what is it for? A reaction to Thornton. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 24, pp. 459-468.

GROSSER, Kate e MOON, Jeremy (2008). Developments in company reporting on workplace gender equality? A corporate social responsibility perspective. *Accounting Forum*, Vol 32, pp. 179-198.

GUTHRIE, James; CUGANESAN, Suresh; e WARD, Leanne (2008). Industry specific social and environmental reporting: The Australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, Vol 32, pp. 1-15.

HASSAN, Aminu e KOUTHY, Reza (2013). Gas flaring in Nigeria: Analysis of changes in its consequent carbon emission and reporting. *Accounting Forum*, Vol. 37, pp. 124-134.

HENRI, Jean-François e JOURNEAULT, Marc (2010). Eco-control: The influence of management control systems on environmental and economic performance. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 35, pp. 63-80.

HIGGINS, Colin e WALKER, Robyn (2012). Ethos, logos, pathos: Strategies of persuasion in social/environmental reports. *Accounting Forum*, Vol. 36, pp. 194-208.

HO, Li-Chin e TAYLOR, Martin (2007). An empirical analysis of Triple Bottom-Line reporting and its determinants: Evidence from the United States and Japan. *Journal of International Financial Management and Accounting*, Vol. 18, pp. 123-148.

HOPWOOD, Anthony (2009). Accounting and the environment. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 34, pp. 433-439.

HRASKY, Sue (2012a). Visual disclosure strategies adopted by more and less sustainability-driven companies. *Accounting Forum*, Vol. 36, pp. 154-165.

HRASKY, Sue (2012b). Carbon footprints and legitimation strategies: symbolism or action?. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 25, pp. 174-198.

ISLAM, Muhammad e DEEGAN, Craig (2008). Motivations for an organization within a developing country to report social responsibility information. Evidence from Bangladesh. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21, n° 6, pp. 850-874.

ISLAM, Muhammad e DEEGAN, Craig (2010). Media pressures and corporate disclosure of social responsibility performance information: a study of two global clothing and sports retail companies. *Accounting and Business Research*, Vol 40, n° 2, pp. 131-148.

- JONES, Michael (2011). The nature, use and impression management of graphs in social and environmental accounting. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 75-89.
- JONES, Michael e SOLOMON, Jill (2010). Social and environmental report assurance: Some interview evidence. *Accounting Forum*, Vol. 34, pp. 20-31.
- JOSEPH, Corina e TAPLIN, Ross (2011). The measurement of sustainability disclosure: Abundance versus occurrence. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 19-31.
- KURUPPU, Sanjaya e MILNE, Markus (2010). Dolphin deaths, organizational legitimacy and potential employees' reactions to assured environmental disclosures. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 1-19.
- LAINE, Matias (2009). Ensuring legitimacy through rhetorical changes? A longitudinal interpretation of the environmental disclosures of a leading Finnish chemical company. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 7, pp. 1029-1054.
- LAINE, Matias (2010). Towards Sustaining the status quo: Business talk of sustainability in Finnish corporate disclosures 1987-2005. *European Accounting Review*, Vol. 19, nº 2, pp. 247-274.
- LANIS, Roman e RICHARDSON, Grant (2013). Corporate social responsibility and tax aggressiveness: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 26, pp. 75-100.
- LODHIA, Sumit e JACOBS, Kerry (2013). The practice turn in environmental reporting. A study into current practices in two Australian commonwealth departments. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 26, pp. 595-615.
- LOFTUS, Janice e PURCELL, John (2008). Post-Asian financial crisis reforms: an emerging new embedded-relational governance model. *Accounting, Business & Financial History*, Vol. 18, nº 3, pp. 335-355.
- LUO, Le, LAN, Yi-Chen e TANG, Qingliang (2012). Corporate incentives to disclose carbon information: Evidence from the CDP Global 500 Report. *Journal of International Financial Management and Accounting*, Vol. 23, pp. 93-120.
- LYNCH, Barbara (2010). An examination of environmental reporting by Australian state government departments. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 32-45.
- MAGNESS, Vanessa (2006). Strategic posture, financial performance and environmental disclosure. An empirical test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 4, pp. 540-563.
- MAHADEO, Jyoti; OOGARAH-HANUMAN, Vanisha; e SOOBARAYEN, Teerooven (2011). Changes in social and environmental reporting practices in emerging economy (2004-2007): Exploring the relevance of stakeholder and legitimacy theories. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 158-175.
- MAHONEY, Lois, THORNE, Linda, CECIL, Lianna e LaGORE, William (2013). A research note on standalone corporate responsibility reports: Signaling or greenwashin?. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 24, pp. 350-359.
- MÄKELÄ, Hannele e LAINE, Matias (2011). A CEO with many messages: Comparing the ideological representations provided by different corporate reports. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 217-231.
- MATA, Carlos, FIALHO, Ana e EUGÉNIO, Teresa. (2015). Análise longitudinal da investigação em contabilidade sobre relato ambiental, In: Santos, M. J. e Seabra, F. (eds.) *Gestão Socialmente Responsável*, Lisboa Edições Sílabo.

- MATHEWS, M. R. (1997). Twenty five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate?. *Accountability, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 10, nº4, pp. 481-531.
- MATHEWS, M. R. (2003). A brief description and preliminary analysis of recent social and environmental accounting research literature. *Indonesian Management and Accounting Research*, Vol. 2, nº 2, pp. 197-264.
- MATHEWS, M. R. (2004). Developing a matrix approach to categorise the social and environmental accounting research literature. *Qualitative Research in Accounting and Management*, Vol. 1, nº 1, pp. 30-45.
- MOMIN, Mahmood (2013). Social and environmental NGO's perceptions of Corporate Social Disclosures: The case of Bangladesh. *Accounting Forum*, Vol. 37, pp. 150-161.
- MONEVA, José, ARCHEL, Pablo e CORREA, Carmen (2006). GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum*, Vol. 30, pp. 121-137.
- MONFARDINI, Patrizio, BARRETTA, Antonio e RUGGIERO, Pasquale (2013). Seeking legitimacy: Social reporting in the healthcare sector. *Accounting Forum*, Vol. 37, pp. 54-66.
- MONTEIRO, Sónia e GÚZMAN, Beatriz (2010). Determinantes of environmental disclosures in the annual reports of large companies operating in Portugal, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 17, pp. 185-204.
- MORONEY, Robyn, WINDSOR, Carolyn e AW, Yong (2012). Evidence of assurance enhancing the quality of voluntary environmental disclosures: an empirical analysis. *Accounting and Finance*, Vol. 52, pp. 903-939.
- MURRAY, Alan; SINCLAIR, Donald; POWER, David; e GRAY, Rob (2006). Do financial markets care about social and environmental disclosure? Further evidence and exploration from the UK. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 2, pp. 228-255.
- O'DWYER, Brendan (2011). The case of sustainability assurance: Constructing a new assurance service. *Contemporary Accounting Research*, Vol. 28, pp. 1230-1266.
- O'SULLIVAN, Niamh e O'DWYER, Brendan (2009). Stakeholder perspectives on a financial sector legitimization process. The case of NGOs and the Equator Principles. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 4, pp. 553-58.
- OWEN, David (2008). Chronicles of wasted time? A personal reflection on the current state of, and future prospects for, social and environmental accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21, nº 2, pp. 240-267.
- PARKER, Lee (2005). Social and environmental accountability research: A view from the commentary box. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 18, nº 6, pp. 842-860.
- PARKER, Lee (2011). Twenty-one years of social and environmental accountability research: A coming of age. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 1-10.
- QIAN, Wei, BURRITT, Roger e MONROE, Gary (2011). Environmental management accounting in local government. A case of waste management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 24, pp. 93-128.
- RANKIN, Michaela, WINDSOR, Carolyn e WAHYUNI, Dina (2011). An investigation of voluntary corporate greenhouse gas emissions reporting in a market governance system. Australian evidence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 24, pp. 1037-1070.

RIMMEL, Gunnar e JONÄLL, Kristina (2013). Biodiversity reporting in Sweden: corporate disclosure and preparer's views. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 26, pp. 746-778.

SAMKIN, Grant e SCHNEIDER, Annika (2010). Accountability, narrative reporting and legitimation. The case of a New Zealand public benefit entity. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, n° 2, pp. 256-289.

SCHNEIDER, Thomas (2011). Is environmental performance a determinant of bond pricing? Evidence from the U.S. Pulp and Paper and Chemical Industries. *Contemporary Accounting Research*, Vol. 28, pp. 1537-1561.

SIDDIQUI, Javed (2013). Mainstreaming biodiversity accounting: potential implications for a developing economy. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 26, pp. 779-805.

SMOLARSKI, Jan e VEGA, Jose (2013). Extreme events: a study of small oil and gas firms. *Accounting and Finance*, Vol. 53, pp. 809-836.

SOLOMON, Jill e SOLOMON, Aris (2006). Private social, ethical and environmental disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, pp. 564-591.

SPENCE, Crawford (2007). Social and environmental reporting and hegemonic discourse. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20, n° 6, pp. 855-882.

TEN-ELIJIDO, Evangeline; KLOOT, Louise; CLARKSON, Peter (2010). Extending the application of stakeholder influence strategies to environmental disclosures. An exploratory study from a developing country. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, n° 8, pp. 1032-1059.

TILLING, Matthew e TILT, Carol (2010). The edge of legitimacy. Voluntary social and environmental reporting in Rothmans' 1956-1999 annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, n° 1, pp. 55-81.

VAN LIEMPD, Dennis e BUSCH, Jacob (2013). Biodiversity reporting in Denmark. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 26, pp. 833-872.

VINNARI, Eija e LAINE, Matias (2013). Just a passing fad? The diffusion and decline of environmental reporting in the Finnish water sector. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 26, pp. 1107-1134.

WILLIAMS, Belinda, WILMSHURST, Trevor e CLIFT, Robert (2011). Sustainability reporting by local government in Australia: Current and future prospects. *Accounting Forum*, Vol. 35, pp.176-186.